



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A polícia política na Bulgária socialista – A “máquina de legitimação” do regime, 1944-1989

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.41761>

Elitza L Bachvarova

Professora da Departamento de Letras Eslavas e Orientais da Faculdade de Letras da UFRJ, elitzalb@gmail.com

Palavras Chave:

Bulgária, aparelho de segurança do Estado, vigilância, sigilo, engenharia social

Keywords:

Bulgaria, state security apparatus, surveillance, secrecy, social engineering

Palabras clave:

Bulgaria, aparato de seguridad del Estado, vigilancia, secreto, ingeniería social.

Resumo

Este trabalho examina o caráter, o funcionamento e as mudanças do aparelho de segurança do Estado, os "*arcana imperii*" socialistas, na Bulgária pré-1989. Com base na noção de 'governança' de Foucault e de sua formulação do 'poder' como sendo construtivo e repressivo ao mesmo tempo, o presente artigo analisa o braço forte do regime visto como instituição de gestão do conhecimento. A importância da vigilância para a política moderna e a dinâmica do sigilo são discutidas como sendo estruturadas por tecnologias de exclusão, obstrução e revelação. A segurança estatal é contextualizada com respeito ao objetivo revolucionário do século vinte, de forjar o novo sujeito socialista.

Abstract

Bulgaria's Political Police – The Socialist Regime's Legitimation Machine, 1944-1989

This work examines the character, functioning and changes therein of the state security apparatus, the socialist "*arcana imperii*," in pre-1989 Bulgaria. Building on Foucault's notion of 'governance' and on his formulation of power as both productive and repressive, the paper aims to analyze the political strong arm of the regime as a knowledge management institution. The importance of surveillance for modern politics and the dynamics of secrecy are discussed as structured by technologies of exclusion, obstruction, and revelation. State security is contextualized through the perspective of the 20th century revolutionary objective to engineer the new socialist subject

Resumen

La Policía Política en la Bulgaria Socialista - La "Máquina de Legitimación" del Régimen, 1944-1989

Este trabajo examina el carácter, el funcionamiento y los cambios en el aparato de seguridad del Estado, los "*arcana imperii*" socialistas, en la Bulgaria anterior a 1989. Basándose en la noción de 'governanza' de Foucault y en su formulación del 'poder' como productivo y represivo al mismo tiempo, el presente artículo tiene como objetivo analizar el brazo político fuerte del régimen como una institución de gestión del conocimiento. La importancia de la vigilancia para la política moderna y la dinámica del secreto son discutidas como estructuradas por tecnologías de exclusión, obstrucción y revelación. La seguridad del Estado se contextualiza desde la perspectiva del objetivo revolucionario del siglo XX de producir el nuevo sujeto socialista.

A História é fruto do poder, mas o poder em si nunca é tão transparente que sua análise se torne supérflua. A maior indicação do poder pode ser sua invisibilidade; o maior desafio é a exposição de suas raízes.

Trouillot, Michel-Rolf (1995)¹

Aspectos históricos da governança moderna

A ‘polícia’ tem sido historicamente inextricável da trajetória do estado moderno. De acordo com Foucault (1997), o conceito chave para se entender o aspecto crucial das relações modernas de poder é a ‘governamentalidade’. As nações ocidentais progrediram das monarquias absolutas, do *Polizeistaat* (estado policial), dos despotismos esclarecidos, aos estados liberais, que delegam o poder através da autoregulação social e controlam seus cidadãos através da autonomia individual.

Essa mudança implica na visibilidade discricionária da dinâmica do controle social e define o nexos moderno entre o conhecimento e o poder na formulação de Foucault.² A visibilidade no mundo *man-made* reformula a violência, que passa a ser entendida como derivada do contrato entre indivíduos livres e não mais como um direito do soberano,

divinamente sancionado. Daí em diante, o único propósito legítimo do Estado moderno é formulado em termos de zelar pelo bem-estar de seus cidadãos, a proteção de suas vidas, liberdade, e busca da felicidade. A ‘polícia’ é teorizada como sendo o órgão social encarregado da administração e monitoramento desses objetivos.

O fato de que a “busca da felicidade social” passou a ser vista como dependente da “polícia” é um marcador importante na história moderna.

Historicamente a polícia, no sentido amplo do termo, de acordo com um manual padrão do século XVIII,

refere-se a todas as medidas com respeito aos assuntos internos de uma nação através dos quais a riqueza do estado pode ser assegurada e multiplicada... A polícia, no sentido estrito do termo, refere-se a tudo o que é necessário para o bom estado da vida civil e, em particular, para a manutenção da boa ordem e disciplina entre os súditos [...] a polícia tem de atender (1) à condição moral dos súditos, (2) à ordem civil e (3) à segurança interna e ao controle do

¹ Todas as citações de textos em inglês, francês e búlgaro aparecem em tradução própria para o português.

² Referindo-se à estrutura Panóptica do controle social. Panóptico é um termo utilizado para designar uma penitenciária ideal. Uma forma arquitetônica, inventada na década de 1780 por Samuel Bentham, Brigadeiro-Geral do Serviço Russo, para melhorar a disciplina industrial na Rússia, o Panóptico foi posteriormente elaborado como um versátil instrumento de governo por seu irmão jurista-filósofo Jeremy Bentham. Sua essência consistia “na centralidade da situação do inspetor, combinada com as convenções bem conhecidas e mais eficazes para ver sem ser visto” (BENTHAM, 1995). Na concepção de Bentham, o Panóptico visa uma vigilância total e centralizada de indivíduos que estão cientes de serem visíveis e observados constantemente. A visibilidade substitui a força como uma ferramenta de controle. É mais econômica, reduz a necessidade de contato físico entre os supervisores e supervisionados, e o inspetor na torre central pode intervir quando necessário. Bentham prezava esse “novo modo de obter poder da mente sobre a mente, em uma escala até então sem precedente: e que, em grau igualmente sem precedente, garantia ausência de abuso” (1995, p.31). O Panopticismo parece ser meramente a solução para um problema técnico, mas, através dele, emerge um novo tipo de sociedade. De acordo com Foucault, esse novo tipo de sociedade representa uma transição da situação em que muitos veem os poucos poderosos a uma situação em que os poucos poderosos veem muitos. Com o passar do tempo, tal estrutura asseguraria que o povo logo internalizasse a torre panóptica e a própria polícia: “Aquele que está sujeito a um campo de visibilidade, e fica ciente disso, assume a responsabilidade com respeito às restrições do poder” internaliza as relações de poder e “desempenha simultaneamente os dois papéis, tornando-se o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 1991). Assim, o Panopticismo produz o autocontrole, que disciplina as pessoas para se enquadrarem numa sociedade industrial moderna. O princípio do Panóptico é simultaneamente totalizante e atomizante e abria possibilidades sem precedentes de coleta sistemática de informações e, permitia assim, o desenvolvimento de vários ramos do conhecimento prático.

vício, da maldade e da injustiça (MAIER:1997, p.47).

Essas tarefas foram vistas como insumos do novo modo de governar. Foucault analisa essas premissas da modernidade em termos da substituição do poder do soberano pela “governamentalidade”, focada na gestão da estrutura interna do Estado de acordo com uma biopolitização da população. A governamentalidade é literalmente uma “arte” de governo, na qual a população é “conduzida” através de várias relações e táticas empregadas pelo Estado, tais como as instituições, a segurança, as estatísticas e a vigilância. Assim, a governamentalidade é a estrutura em que a vigilância (*surveillance*³) opera como um dos braços do poder do Estado.

A Vigilância Estatal e seus objetivos revolucionários

A vigilância como forma de visibilidade e controle discricionários na política tem uma história complexa que molda o entendimento da cidadania moderna começando com os Fisiocratas, entrando no discurso revolucionário e contribuindo para o terror jacobino.⁴ Para os fins do presente trabalho, o desenvolvimento da ‘*surveillance*’ é tratado com respeito ao funcionamento da polícia no estado moderno, no período desde a Primeira Guerra Mundial.

Além de introduzir o assassinato industrial em massa, a Primeira Grande Guerra também viu a aurora da Revolução Russa de 1917, bem como a institucionalização de um tipo particular de política governamental moderna, na forma do “estado de segurança nacional” (HOLQUIST, 1997, p. 415-416). O esforço de

guerra e a Revolução colocaram em foco esta mudança, de um estado de administração territorial para um “estado de gestão geral”.⁵ A perspectiva de guerra total, e os regimes de segurança nacional que surgiram para administrá-la, requeriam a mobilização de massa e informação sobre a própria população, tanto em tempos de paz como em tempos de guerra.

Evitar o desmoronamento da ordem social não era suficiente. As práticas de policiamento, mesmo em tempos de guerra, eram basicamente orientadas para manter a ordem pública e proteger as pessoas de ficar “expostas à contaminação”, tais como a propaganda inimiga e livros e ideias considerados perigosos. A vigilância, no entanto, ia além dessa agenda negativa e defensiva. “E para envolver a população de uma maneira mais produtiva, os estados tentavam implementar uma nova disciplina e cobravam uma nova atitude das populações: a vigilância.” (Ibid, p.420)

Como parte do projeto governamental, se pretendia transformar a sociedade em si. Em toda a Europa o objetivo da coleta de informações em grande escala era o de colocá-la em uso na construção de concepções ideológicas da sociedade. Além de praticar perlustração de rotina da correspondência (durante a guerra), o Estado partiu para a coleta das informações que necessitava, para atender a essa tarefa recém-concebida, através da organização de burocracias de vigilância para preparar relatórios regulares sobre as atitudes da população. Isso foi a praxe em todos os estados beligerantes na Primeira Guerra.

A criação de órgãos com o propósito

3 Tradução livre de ‘*surveillance*’, palavra francesa que significa o monitoramento do comportamento, das atividades ou de outras informações variáveis, com o objetivo de influenciar, gerenciar, guiar ou proteger as pessoas.

4 Para uma discussão mais detalhada ver Bachvarova (2016, p. 51-61); Rosanvallon (2008).

5 O Czar Nicolau II foi “imperador de todas as Rússias, Czar da Polônia, Grão-Duque da Finlândia, etc, etc, etc.” Ele governou entidades territoriais, em vez de uma coletividade de cidadãos. Depois de 1917, todos os movimentos políticos (o Governo Provisório, a Assembleia Constituinte, o Conselho Soviético dos Comissários do Povo, e quase todos os movimentos antissoviéticos na Guerra Civil) alegavam não representar um território, mas as populações que viviam dentro dele. (HOLQUIST, 1997)

expresso de quantificar e analisar as atitudes da população (sejam elas pró-governo, anti-governo ou indiferentes) foi um esforço qualitativamente novo. As aspirações de gerir a sociedade, e as práticas para implementá-las, não eram simplesmente uma resposta às exigências bélicas, provocadas pelas circunstâncias excepcionais da guerra, que permitiu um controle das populações inédito até então.

Significativamente, a guerra foi o contexto no qual os Estados implementaram massivamente essas práticas. Pela primeira vez, as populações sofreram inevitavelmente as consequências políticas desse estilo gerencial de governo nas políticas reais e nas instituições concretas, no dia a dia. As populações, independentemente das suas atitudes nesse ponto, simplesmente não podiam escapar das novas pretensões do Estado.

Os estados se intrometiam em esferas cada vez mais novas e em um número cada vez maior de pessoas, através de suas aspirações de organizar grandes setores da economia e da sociedade (quer isso seja chamado de *Kriegswirtschaft* (*economia de guerra*), “*Comunismo de Guerra*,” ou *Defense of the Realm Act*” [DORA]); através da tendência universal de utilizar a própria população como um recurso. Essas medidas não foram descartadas com o fim da guerra ... (HOLQUIST, 1997, p.444)

Os estados de segurança nacional que surgiram para gerenciar as práticas da guerra total não mudaram da guerra para a paz, mas da

guerra para a preparação para guerras futuras. Assim, institucionalizar a vigilância se tornou um esforço permanente do governo. As burocracias especializadas coletavam as informações com o propósito não somente de sondar o estado de espírito da população, mas principalmente o de gerenciá-lo e moldá-lo. Vista desse ângulo, a vigilância tornou-se parte integrante de uma grande mudança nos objetivos da política que visava: “gerenciar as populações não tanto de uma forma legítima ou justa, mas de forma eficaz e econômica.” (Ibid)

Crescimento da Noção de Agência na Política

Diferentemente do policiamento tradicional, a vigilância estatal visava o uso dos dados coletados para moldar “o material humano da sociedade em um indivíduo emancipado, consciente e superior”, para a criação de uma “sociedade melhor e mais pura”, bem como para proteger o regime no poder. (Ibid, p. 417) O objetivo do governo, então, era o de promover a conscientização da população e os regimes não liberais,⁶ mais especialmente, “consideravam a política como uma ferramenta para esculpir e para jardinar os súditos - em homens novos”. (BAUMAN, 1991, p.13)

A “informação”, a moeda do novo terreno político, foi organizada para circular em duas direções: da parte das autoridades para a população, e da população para as autoridades. A primeira tarefa, a de informar a população, foi concebida para envolver os cidadãos com o

6 Lim rotula tais regimes no século XX como sendo “ditaduras de massa” ou “ditaduras participativas”. “Ditadura de massa” é uma adaptação do trabalho de Foucault sobre a governança e a subjetivação em regimes liberais modernos. O conceito aborda a (auto-) mobilização das ‘massas’ para os fins determinados pelas ditaduras do século vinte. A ‘ditadura de massa’ reflete a proliferação global de pressupostos modernistas sobre a transformabilidade do indivíduo e da sociedade através de esforços coletivos. Esse tipo de regime, portanto, utiliza as mais modernas práticas para formar a coesão social. Isso ajuda a explicar por que um sistema de governo moderno, com sufrágio universal, plebiscito, educação universal obrigatória, nacionalização das massas pela conscrição universal e previdência pública foi adotado não só pelas democracias, mas também pelas ditaduras. (LIM, 2010, p.326) Sendo um fenômeno do século XX, as ditaduras de massa desenvolveram seus próprios sistemas de engenharia sócio-política, para promover a automobilização das massas por meio de projetos estatais radicais. “A utilidade do termo ‘ditadura de massa’ é a de chamar a atenção para a interação dialética entre o poder (no nível das burocracias estatais) e a população na sociedade moderna.” O conceito aborda a (auto-) mobilização das ‘massas’ para os fins determinados pelas ditaduras do século vinte.

objetivo de transformá-los. Não foi por acaso que a propaganda foi chamada de “iluminação” (“просветление”).⁷ Mas a informação era igualmente destinada a fluir na outra direção, informando o governo do “humor” e da “disposição” da população, por uma variedade de meios.

O que as pessoas acreditavam, e não apenas como elas se comportavam, tornou-se, assim, o principal foco de atenção governamental. A vigilância patrocinada pelo Estado, procurando transformar cada cidadão num agente do processo social, portanto, tratava as ações de cada cidadão como significativas, e assim tentava moldar como as pessoas podiam se expressar, enquanto ao mesmo tempo, lhes sugerindo que suas opiniões tinham importância.

Um maior sentido de agência humana, apesar do quadro determinístico rígido - de raça ou de classe, por exemplo, trouxe consigo grandes expectativas e responsabilidades muitas vezes irrealizáveis. As consequências disso foram, no mínimo, bastante problemáticas. A vigilância como um empreendimento burocrático construtivista virou o trunfo principal dos esquemas de “engenharia social” que iam instrumentalizar a criminalidade na política do século vinte em escalas gigantescas.⁸

A polícia política como uma instituição de gestão do conhecimento

À medida que os objetivos concretos das ditaduras de massa do século 20 foram enquadrados em termos da promulgação de uma

revolução antropológica, a (auto) definição e as táticas da polícia se politizaram fortemente para estar em consonância com esses grandes objetivos.

A criação do Novo Homem era o principal objetivo antropológico das revoluções do século vinte, assim como o “cidadão” era o da revolução francesa. O tipo de conhecimento que a polícia era encarregada de produzir ultrapassava os objetivos tradicionais de zelar pela segurança do Estado e sociedade e requeria uma vigilância generalizada para fins de gestão da população por parte do Estado.

Assim como qualquer instrumento de conhecimento, o trabalho das burocracias de vigilância não era simplesmente descritivo, mas também visava moldar seu próprio objeto de investigação. A polícia política era uma instituição central através da qual o Estado comunista buscava definir e proteger a sua própria versão da realidade e da ordem social. Nessa perspectiva, longe de ser um resultado do poder comunista, a polícia era o que constituía esse poder de definir e criar uma nova realidade. (POENARU, 2013, p.118) Nas palavras de Rancier, “a polícia não é uma função social, mas uma constituição simbólica do social. A essência da polícia não reside nem na repressão nem no controle sobre a vida... [mas] em uma certa maneira de dividir o sensível” (2010, p.56).

A polícia poderia, portanto, ser vista como um grande laboratório social estabelecido pelo estado, em que os fatos sociais são transformados em

7 Nos Estados Unidos, Edward Bernays, sobrinho de Freud, inaugurou a “ciência” da propaganda, as “relações públicas.” “The conscious and intelligent manipulation of the organized habits and opinions of the masses is an important element in democratic society. Those who manipulate this unseen mechanism of society constitute an invisible government which is the true ruling power of our country... In almost every act of our daily lives, whether in the sphere of politics or business, in our social conduct or our ethical thinking, we are dominated by the relatively small number of persons” Propaganda (1928, p. 9–10) https://www.voltairenet.org/IMG/pdf/Bernays_Propaganda_in_english_.pdf

8 Sem dúvida, havia uma grande diferença entre estar sob a vigilância do British Mass Observation ou dos departamentos políticos secretos da NKVD soviética. No entanto, Holquist insiste que o que definia os regimes não era tanto a “ideologia” no sentido geral, nem alguma “essência totalitária”, mas a interseção de uma ideologia concreta com a aplicação simultânea de uma compreensão especificamente moderna da política - “colocado de forma sucinta, uma compreensão que via a população tanto como o meio, como, também, como o objetivo principal de algum projeto emancipatório de Estado” (HOLQUIST, 1997, p.450)

fatos ideológicos através de processos de registro (testemunhos, conversas, reuniões, etc.), observação, codificação, taxonomia, cartografia, leitura e, acima de tudo, são disponibilizados para uso do poder político. Em última análise, na modernidade, tal procedimento... promete tornar inteligível e visível, através de vários mecanismos e técnicas, o que, de outra forma, é opaco, discreto e invisível. (POENARU, 2013, p.117)

A polícia política foi encarregada não somente de reunir informação e conhecimento, mas também de participar ativamente da estruturação da nova realidade comunista. De fato, o poder da polícia política é o de transformar suas metáforas em realidade. (VATULESCU, 2004, p.248)

Para uma instituição de segurança, a criação revolucionária do “novo homem” se traduzia numa missão para neutralizar as ameaças potenciais ao governo/partido. Isso, por sua vez, envolvia a produção da categoria de “inimigo”, uma categoria especificada ideologicamente e que precisava ser “preenchida” com pessoas reais. Os arquivos policiais se tornaram o registro histórico que abrigava os traços desse processo de engenharia social. Numa lógica circular, a materialidade dos arquivos no leste europeu socialista ajudava a assegurar a realidade das pessoas que eram produzidas por eles mesmos. Nas palavras irônicas de Belu Zilber, ex-comunista romeno que virou preso político pós-revolução:

A primeira grande indústria socialista foi a da produção de arquivos. Essa

nova indústria tinha um exército de trabalhadores: os informantes ou delatores. Ela funciona com equipamentos eletrônicos ultramodernos (microfones, gravadores, etc.), além de um exército de datilógrafos com suas máquinas de escrever. Sem tudo isso, o socialismo não poderia ter sobrevivido. No bloco socialista, as pessoas e as coisas existem somente através de seus arquivos. Toda a nossa existência está nas mãos daquele que possui os arquivos e ela é produzida por quem os constrói. As pessoas reais são apenas o reflexo de seus arquivos. Pela primeira vez desde a criação do mundo, demiurgos apareceram sobre a terra. Os mestres de todos os arquivos são os nossos mestres, os compiladores silenciosos dos arquivos são os nossos criadores. (VERDERY, 2004, p.63)

O trabalho da polícia política ganhava urgência em virtude da suposta base científica do socialismo, que era destinada a superar a exploração do homem pelo homem e de trazer o fim da história. Acima de tudo, como acontece com todas as visões modernas da ordem social idealizada, o sucesso político na manutenção do poder é a medida cabal de legitimidade.⁹ Nesse contexto, eliminar inimigos ou competidores vira objetivo prioritário na preservação de poder. O arquivo da polícia política estalinista testemunha a transformação de um cidadão socialista em inimigo. Rotular os inimigos era uma tarefa fundamental da vigilância policial.

A caracterização jurídico-ideológica era a base para as detenções/prisões. Era frequentemente reduzida a um mínimo: em todo o “*oecumene*” soviético pessoas foram presas

9 Stalin advertia que, com a luta para construir a sociedade socialista, a luta de classes se aguçaria com o crescimento do desespero dos inimigos da classe operária. O trabalho da polícia política era assim imprescindível, eliminando os inimigos subversivos. “Nos tempos estalinistas, o trabalho de vigilância era eclipsado pelos esforços febris de desinformar e de inventar segredos, complôs, sabotagens e criminosos [...] de inventar conspirações mundiais. Ninharias do dia-a-dia se tornavam segredos de Estado, depois de serem extraídas de seus contextos específicos e arrastadas para o gigantesco espetáculo público do sigilo estalinista, que mantinha o arquivo estalinista fora de vista, enquanto, ao mesmo tempo, o enquadrava como o centro de um fascínio obsessivo. “O segredo teatral produzia o espetáculo público dos expurgos, o “auto-de-fé” moderno, enquadrado em sigilo e com base no desmascaramento, em projeções e em confissões ventriloquizadas.” (VATULESCU, 2004, p.254)

simplesmente por pertencer a um grupo genérico colocado na lista negra, como, por exemplo, “kulaks”, “sabotadores”, “fascistas” ou “trotskistas”. Já em 1918, Martin Latsis, um líder da polícia secreta soviética, instruía:

Não procure nos materiais que você recolheu provas de que um suspeito agiu ou falou contra as autoridades soviéticas. A primeira pergunta que você deve fazer a ele é a que classe ele pertence, qual é a sua origem, educação, profissão. Essas questões devem determinar o seu destino. Essa é a essência do Terror Vermelho. Em suma, você não é acusado pelo que você fez, mas sim pelo que você é. (VATULESCU, 2004, p.244)

O arquivo da polícia secreta transformou cada indivíduo em objeto de uma investigação contínua e do exercício de uma nova modalidade de poder envolvendo criticamente o sigilo como organizador chave da ordem social.¹⁰

O sigilo na política moderna como princípio de inclusão e exclusão

“O poder real começa onde começa o sigilo” afirma H. Arendt. O poder é aquilo que não é nem objeto de debate nem obrigado a se justificar. (1951, p.386).

Horn distingue três concepções históricas de sigilo – *mysterium*, *arcanum* e *secretum* (mistério, arcano e segredo ou secretude),¹¹ O *secretum*, ao contrário do *arcanum*, tem a ver

menos com uma informação oculta e mais com uma relação entre o conhecido e o desconhecido, uma relação de poder.

O *secretum* está indissociavelmente ligado à comunicação; um segredo confinado a uma única mente e que não é compartilhável, pelo menos potencialmente, não é um segredo (pode-se dizer, é um *mysterium*). Nesse sentido, o sigilo estrutura as relações sociais ou as políticas de exclusão e inclusão, separando os que sabem dos que não sabem... (HORN, 2011, p.110).

Enquanto a lógica do *arcanum* entende o segredo como uma dimensão legítima do governo¹², a lógica moderna do *secretum* é marcada por uma dialética inextricável de sigilo–publicidade em que o segredo não é tanto um conhecimento não divulgado, mas funciona mais como um ‘efeito de sigilo’ (DERRIDA, 1994), que liga o *secretum* à esfera pública através de suspeição e do escândalo permanente.¹³ Não é a coisa em si, mas o conhecimento da coisa que constitui o segredo. (REVEST, 2009)

O movimento de vaivém entre ocultamento e revelação evoca novos ocultamentos e revelações, e assim por adiante, gerando um “acúmulo de poder” essencial para se produzir o valor social do sigilo. “O potencial para futuras revelações é que constitui o poder que o possuidor do segredo tem sobre os outros” (HORN, 2011, p.109)

Com a ascensão da burocracia

10 “Uma vez acusado, o sujeito já era considerado culpado, a missão dos investigadores era simplesmente a de estabelecer o tamanho da culpa... O princípio era o de que ninguém era suspeito sem razão e que, portanto, merecia de qualquer forma alguma sanção. A regra era simples: como disse Foucault, o estabelecimento de uma suspeição provocava o estabelecimento de uma penalidade.” (MIHALACHE, 2009)

11 ‘Mistério’ enfatiza o segredo religioso ou de culto e ‘arcano’ (a partir do Latim arca – arca, caixa, caixão ou tesouro) é o que está escondido num recipiente. ‘Arcanum’, implica uma técnica de dissimulação para fins de segurança e proteção de informações sensíveis do governo, o “time management” burocrático, hoje em dia, na forma de informações “sigilosas”, de acordo com Norberto Bobbio (1980).

12 Seguindo Tácito e Maquiavel, os teóricos políticos dos séculos 16 e 17 desenvolveram um rico leque de regras e diretrizes para uma conduta política racional e eficiente, com relação ao papel do segredo na política (Ibid, p.111).

13 Na formulação de U. Eco, citado por Mihalache: “o poder do segredo está em ser anunciado, mas nunca enunciado”. É o não-dito, que cria um grupo exclusivo, como as sociedades secretas, assegurando a cumplicidade dos seus membros contra os excluídos. (2009)

governamental, a lógica do *secretum* (e não a do *arcnum*) se torna a lógica especificamente moderna. Essa linha de raciocínio segue a de Max Weber, na sua célebre obra sobre a rotinização do carisma e a institucionalização da burocracia como a forma “encarnada” da racionalidade moderna. Em seu trabalho, Weber define a determinação de segredos oficiais como o meio de preservação do próprio poder da burocracia.¹⁴

Em organizações burocráticas, como é o caso da polícia, o sigilo funciona como catalizador dos processos de conversão de poder e conhecimento. A polícia política é uma instituição para a gestão do conhecimento envolvendo a designação dos segredos oficiais, no âmbito de suas vastas competências, como uma prática de organizar e valorizar o fluxo de informações relevantes para o regime de governança vigente.¹⁵ Esse processo se traduz em formas de exclusão/inclusão, os princípios da hierarquia da ordem social.

Ao analisar os aspectos sociológicos do sigilo, Georg Simmel (1906), em seu estudo pioneiro sobre o assunto, argumenta que, se a interação humana é “condicionada pela capacidade de falar, ela é moldada pela capacidade de ficar em silêncio.” Na mesma linha de pensamento, para Mihalache (2009), o segredo é uma convenção, um pacto e uma forma de sociabilidade cujo poder não deriva do seu conteúdo, mas sim do acordo para manter o

silêncio.

O segredo implica uma assimetria epistêmica: alguém sabe (ou alguns sabem), enquanto outro (ou outros) não sabem. Em termos mais gerais, como afirma Simmel, o sigilo é uma “limitação à compreensão mútua.” A mentira é um exemplo.

O segredo funciona tanto no nível dos sentidos (evitar ser percebido, disfarçar, sugerir, simular, fingir) [...] e no plano simbólico (manter em silêncio, exagerar, definir a situação inadequadamente) [...]. Atores sociais articulam ambos os níveis em declarações/silêncios estratégicos. De fato, como uma divulgação seletiva, o sigilo é coextensivo com o surgimento do reino dos símbolos. (PETITAT, 2013, p.24)

Como uma relação social, o sigilo pode funcionar de maneiras muito diferentes para organizar as relações entre o conhecido e o desconhecido, entre as coisas que podem ser discutidas publicamente e as que não estão abertas ao debate (HORN, 2010, p.112). A história do sigilo reflete a delimitação pelo Estado do espaço para o debate e o embate político (MONIER, 2000, p.8).

Como modos de produção do conhecimento social, tanto a responsabilização como a atribuição de culpa se referem às representações de uma prática ou de um evento

14 A “secretude” é uma forma de garantir a autoridade burocrática e uma fonte de poder da burocracia: ‘cada burocracia tenta reforçar essa supremacia de profissionais especialistas, mantendo secretos seus conhecimentos e suas intenções. A administração burocrática é sempre, na sua essência, uma administração que exclui o público. Seu conhecimento e seu trabalho ficam escondidos da crítica pelo maior tempo possível’. Weber vê a exclusão do público em relação ao trabalho da burocracia como uma das principais fontes de poder desta última. (WEBER, 1978, p.415)

15 A administração burocrática significa, fundamentalmente, o exercício de controle sobre a base de conhecimento. “É essa sua característica que a torna especialmente racional. Consiste, por um lado, no conhecimento técnico que, por si só, é suficiente para lhe assegurar uma posição extraordinária de poder. Mas, além disso ... detentores do poder ... aumentam o seu poder ... pelo conhecimento que cresce devido ao acúmulo de experiência. [...] É um produto da luta pelo poder”. Todas as burocracias se esforçam para aumentar a superioridade da sua posição, mantendo secretos o seu conhecimento e suas intenções. “O conceito de ‘segredo oficial’ é uma invenção específica da burocracia, e nada é tão fanaticamente defendido pela burocracia como essa atitude, que realmente não poderia ser justificada além das áreas de competência específicas da instituição. Ao enfrentar uma legislatura e motivada pelo desejo de poder, a burocracia vai contestar cada tentativa do legislador de obter informações por meio de seus próprios peritos ou através de grupos de interessados. (WEBER, 1978, p.339)

real, a seu significado social.¹⁶ O sigilo oferece a possibilidade de se fabricar uma realidade paralela, “a possibilidade de um segundo mundo ao lado do mundo manifesto”, de acordo com Simmel (1906), e isso permite a “*commodification*” de um conhecimento socialmente relevante, o que dá origem a uma economia política *sui generis*.¹⁷

O segredo pode ser definido em oposição à revelação num espaço tridimensional: oculto/revelado, distorcido/não-distorcido, lícito/ilícito. As ficções que o sigilo produz podem ser mapeadas nesse espaço (PETITAT, 1998). O segredo e a divulgação não são apenas pares teóricos, mas definem politicamente a dinâmica do sigilo como um processo de ordenamento social.

Graças à sua capacidade de dizer alguma outra coisa a mais do que o fato que esconde, o segredo sempre foi de um fascínio irresistível. É por isso que não pode ser concebido como simplesmente separado da esfera pública, mas sim em permanente contato, em constante oposição a ela. Nós o descrevemos de forma mais ampla, apelando aos seus três componentes: a) a informação, b) a sua dissimulação e c) a sua relação com qualquer outra pessoa, proveniente dessa dissimulação. (MIHALACHE, 2009)

Do ponto de vista da relação social e de seu poder de organização, o conteúdo do segredo moderno emerge, paradoxalmente, como o aspecto menos importante. O conteúdo, a informação, (que a rigor nem precisa existir para que os segredos possam ter valor social) adquire importância através do próprio processo de exclusão/inclusão. Para a ética do sigilo, as categorias do bem e do mal são traduzidas para o binário daquilo que pode ser dito e daquilo que não pode. A relação de dissimulação é sempre justificada em termos de proteção da ordem pública.

Assim, o sigilo não só “se torna a forma sociológica definitiva de regulamentação do fluxo e distribuição de informação” politicamente relevante, de acordo com Simmel, mas, como Mihalache aponta, “a ideia de que o sigilo nos protege transforma a verdade em um trauma”. (Ibid)

Sigilo e “estado de exceção”

O sigilo em si mesmo não é um crime, mas possibilita atos criminosos, está inextricavelmente ligado à impunidade. Muitas vezes a vigilância estatal se estabelece através dessa motivação.

Nessa perspectiva, não é surpreendente que, nas democracias modernas, os segredos de Estado são suspeitos de serem na verdade crimes

16 “Ser capaz de alavancar a desigualdade de conhecimentos para garantir o seu poder é um sonho tenaz, que substitui o sonho da força bruta. Nos contos de fadas, é a postura encarnada pela raposa e, de forma mais geral, pelo personagem do “malandro”, que vence a força bruta através de espertezas. No imaginário contemporâneo, o poder dos personagens é substituído pelo conhecimento científico e pela racionalidade” (PETITAT, 1998, p.16).

17 Nessa linha de raciocínio, por meio de sua análise etimológica do ‘segredo’, Revest (2009) oferece um panorama útil do aspecto funcional do sigilo na dinâmica política. O segredo provém do latim *secretum*, que é o participio passado do verbo *secerno*, *secernere*. Esse verbo é composto por um prefixo, -se, que indica separação e do radical - *cernere*, que significa, ordenar, distinguir. Em seu sentido primitivo, esse verbo significava o ato de peneirar o cascalho, separar o joio do trigo. Temos, portanto, um segundo significado, o do conhecimento, que pode ser aplicado a todas as coisas, como a medicina, a política, a família, a ciência, ou ao divino. Mas para dar pleno sentido à palavra *secretum*, foi necessário envolver um terceiro significado que é como se fosse a sua razão de ser, isto é, o “outro”, ou mais precisamente um relacionamento para com o outro (grupo ou indivíduo) construído em torno desse conhecimento oculto. É por isso que há necessariamente um depositário do segredo - o que sabe - mas também um depositário “paradoxal”, isto é, aquele que é excluído. Assim, o segredo é utilizado para estruturar as relações sociais em termos de dominação (entre o iniciado e o profano, o espião e a vítima, por exemplo), mas também como o fundamento da paz e do consenso, como mediador que pode contribuir para a manutenção necessária de uma ficção coletiva. O segredo é primeiramente uma busca de criação de significado e faz parte de uma lógica civilizacional.

de estado, porque a dialética de inclusão/exclusão do sigilo objetiva o problema da impunidade na política. Todo o universo do segredo de estado, os serviços de inteligência, as informações sigilosas, etc., é visto como uma ‘patologia’ da política,¹⁸ ou, na melhor das hipóteses, como um mal necessário (FRIEDRICH, 1972). Isso ocorre porque o sigilo organizado gera o “estado de exceção”, possibilitando que uma política de repressão, subversão e conspiração se estabeleça nas ditaduras de massa.

C. Schmitt (1985), em sua obra sobre as ditaduras modernas, teoriza que o segredo de estado abre um “espaço extralegal”, em que o poder do estado, livre de controle, afirma-se na sua forma mais pura. É, de fato, um espaço de guerra; as regras da vida civil sendo substituídas pelas do engajamento hostil, regras que permitem, por exemplo, os campos de tortura secretos, os “alvos para assassinato sumário”, mas também o aparelho gigantesco da polícia secreta em toda parte do *oecumene* soviético de pré-1989. Aqui, os segredos do estado não fazem mais parte de um jogo de astúcia e poder, mas se tornam uma oportunidade para o Estado transgredir suas próprias normas legais (HORN, 2011, p.117). A secretude na política moderna acaba assim suscitando um estado de exceção permanente, que pode ser sustentado por um modo de governar peculiar.¹⁹

É o sigilo que transforma a polícia nas ditaduras de massa, de um órgão de vigilância em poder executivo do regime partidário no poder. Isso pode ser ilustrado pelas transformações dos serviços de segurança secretos no leste europeu, e mais especificamente na Bulgária, no período pós-estalinista.

A polícia política da Bulgária socialista: dados gerais

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, a polícia política no leste europeu se tornou a instituição chave para auxiliar os partidos comunistas nacionais na consolidação do poder e na geração de conhecimentos sobre as respectivas sociedades, ao mesmo tempo em que buscava moldar ativamente as mesmas sociedades, de acordo com o quadro maior ideológico que seguia. Em toda a Europa Oriental, a polícia secreta e os seus arquivos, modelados na estrutura do KGB (Comitê de Segurança do Estado) soviético, foram o produto do funcionamento normal da burocracia que os gerou, mas sua origem precede a tomada de poder pelos comunistas.

A estrutura e aspectos específicos dos serviços de segurança do estado búlgaro antes de 1990

A polícia política da Bulgária, chamada de “Serviços de Segurança Estatal” (SSE) não foi inaugurada pelos comunistas. Os SSE foram, de fato, criados para combatê-los. Durante a Primeira Guerra Mundial, o “Serviço para a Segurança e Defesa Nacional” foi organizado pelo Estado-Maior do exército búlgaro.

Em 1919, foi criada a “Segurança Pública” como uma divisão especializada do departamento de polícia de Sofia. Após a guerra, esses dois departamentos foram unidos em um único departamento de contraespionagem e receberam a tarefa de lutar contra a propaganda comunista no exército.

Em 1925, a “Segurança Pública” foi transformada em “Segurança do Estado” na Diretoria da Polícia, inicialmente com dois

¹⁸ Arendt discute esse desenvolvimento em *Lying in Politics* (1994).

¹⁹ A lógica do segredo e a da responsabilização são opostas, precisamente porque se referem a diferentes relações sociais e às comunidades geradas por elas. Se o sigilo na política depende do “não-dito”, como princípio hierárquico de exclusão, a responsabilização, ao contrário, tende a subverter as hierarquias institucionais e a ajudar na renegociação dos limites de inclusão/exclusão via a produção e a transmissão de informação e conhecimento (BOROWIAK, 2011).

departamentos - segurança interna e externa. No período entre guerras, os serviços de segurança, *Darzhavna Sigurnost*, (DS) gradualmente passaram a desempenhar o papel de uma polícia política encarregada da vigilância política interna e do monitoramento dos líderes partidários.

No período 1941-1944, a Segurança do Estado estava empenhada em reprimir o Partido Comunista e a resistência antifascista e lutava contra a influência e a subversão política soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial.

Após a tomada de poder pelos comunistas (1944-1945), o Partido Comunista assumiu o controle total da polícia política e a dirigiu contra os seus concorrentes e inimigos políticos, incluindo líderes de partidos democráticos e representantes ocidentais na comissão de governo de transição. A lei sobre a criação do Tribunal Popular de 1944, com o propósito declarado de julgar os criminosos de guerra e os colaboradores, permitiu à Segurança do Estado encontrar e prender elementos chamados contrarrevolucionários, transformando-o, assim, no braço repressivo do regime comunista.

A Segurança do Estado comunista foi criada em 1947 como um departamento separado do Ministério do Interior. De 1944 a 1989, havia assessores soviéticos nas diretorias de inteligência estrangeira, bem como nas de inteligência militar, representantes da Primeira Diretoria Principal de Inteligência do KGB, presentes em todos os departamentos e subdivisões dos serviços secretos búlgaros e que participavam ativamente de suas atividades e muitas vezes as organizavam diretamente.

A eliminação da oposição sinalizou o

início da estalinização, com uma série de julgamentos organizados contra os ‘comunistas nacionais’, líderes locais com mais propensão a apresentar alguma resistência, mesmo que ténue, à linha soviética prevalecente pela qual o país tinha optado. A vítima mais conhecida desses julgamentos foi o então Vice Primeiro ministro, Traicho Kostov, que tinha sido também o líder do Partido Comunista da Bulgária clandestino durante a Segunda Guerra Mundial. Kostov foi executado em 1949 sob a acusação de conspirar com os comunistas iugoslavos contra os soviéticos.²⁰

Os anos 50 foram o período mais negro da Bulgária socialista, quando os serviços de segurança efetuavam detenções, espionagem e confisco de propriedades em massa e inventavam provas falsas para os diferentes crimes e expurgos ideológicos. Como resultado, um número considerável de pessoas de todas as esferas da vida foi julgado e sentenciado a prisão, internação em campos de trabalhos forçados e deslocamento para o interior do país. (NIKOLOV, 2001)

Após a morte de Stalin em 1953, Zhivkov emergiu como o líder comunista búlgaro, usando as mudanças políticas que afetaram a União Soviética para obter apoio para o seu poder pessoal e para culpar seu predecessor, Chervenkov, pelos “excessos” estalinistas.²¹

O nome oficial dos Serviços de Segurança do Estado, no começo da era Zhivkov, era Comitê de Segurança do Estado (em búlgaro, *Комитет за държавна сигурност*, KDS). Constituíam a polícia secreta e a polícia política da Bulgária. A Segurança do Estado Búlgaro, espelhada no KGB soviético e por ele

20 Naquela época Georgi Dimitrov, secretário-geral do comitê executivo do Comintern desde 1935, era o líder incontestado dos comunistas búlgaros. Em 1944, Dimitrov voltou de Moscou para se tornar o líder do Partido Comunista da Bulgária e primeiro-ministro dois anos depois. Após sua morte em 1949, a liderança do partido reverteu para seu cunhado Valko Chervenkov, que, assim como Dimitrov, tinha passado os anos da guerra em Moscou. Chervenkov tornou-se um líder da Bulgária de estilo estalinista.

21 Depois de ter sucedido Chervenkov como líder do partido em abril de 1956, Zhivkov consolidou seu poder usando a Segurança do Estado.

monitorada, operou, até o final de 1989, no seguinte formato:

Estrutura

- Primeira Diretoria Principal - trabalho internacional de inteligência, inclusive Ciência e Tecnologia, bem como inteligência de Cultura e História.
- Segunda Diretoria Principal - contraespionagem: Inicialmente, tomava a seu cargo todo o espectro das operações de contraespionagem, mas depois parte desse trabalho foi transferido para outras diretorias.
- Terceira Diretoria Principal - contraespionagem militar: Era uma das estruturas mais poderosas e autônomas da Segurança do Estado, assegurava a lealdade do Exército em relação ao regime.
- Quarta Diretoria Principal - inteligência científica e técnica: Fornecia assistência técnica às outras diretorias. Suas quatro divisões eram: 1) controle de correspondência; 2) escutas através de microfones e telefones; 3) projeto, construção e manufatura de equipamentos técnicos para os serviços secretos; e 4) rádio inteligência, rádio contraespionagem e ligações de rádio. Nos anos 70, se transformou em contraespionagem econômica e a assistência técnica foi separada.
- Quinta Diretoria Principal - segurança e proteção: Era a mais visível publicamente e era sinônimo dos privilégios desfrutados pela *nomenklatura* comunista. Em 1989, essa diretoria tinha se tornado uma das maiores, porque guardava e protegia a elite comunista e provia os líderes e suas famílias de tudo o que fosse necessário para sua vida cotidiana, tanto dentro do país como durante as visitas oficiais e não oficiais ao exterior. A Diretoria administrava as lojas especiais, lavanderias, residências, *resorts* exclusivos, áreas de caça e outras instalações utilizadas pelos membros da elite comunista.
- Sexta Diretoria Principal - polícia política: Combatia desvios ideológicos, atividades contrarrevolucionárias, nacionalistas e outras atividades contra o Estado.²² Tinha os seguintes departamentos:
 - Primeiro departamento - trabalhava entre os intelectuais e fazia o controle dos artistas;
 - Segundo departamento - trabalhava nas universidades e entre os estudantes;
 - Terceiro departamento - responsável pelos cleros, os judeus, armênios e emigrantes russos (descendentes de emigrantes russos, desde a época da revolução de 1917);
 - Quarto departamento - especializado no monitoramento do nacionalismo pró-Turco e pró-Macedônio²³;

22 A Quinta Diretoria do KGB e sua análoga búlgara – a Sexta Diretoria da Segurança do Estado – tinham as mesmas tarefas básicas, e suas estruturas internas eram praticamente idênticas. Seus objetivos eram os de monitorar intelectuais, jovens e estudantes (búlgaros e estrangeiros), vigiar “contrarrevolucionários ainda remanescentes e os centros de inimigos a eles associados”, o clero de todas as religiões, minorias étnicas, bem como investigar “atos subversivos ou terroristas e atividades anônimas contra o regime”. Nos anos que se seguiram, a Sexta Diretoria búlgara estabeleceu-se como um dos departamentos mais importantes dos Serviços de Segurança do Estado, com o objetivo principal de fornecer à liderança do partido as informações sobre a situação nessas áreas-chave e controlar de forma eficaz a dissidência no país. Como uma estrutura de polícia política, a instituição espionava intelectuais, jornalistas e dissidentes políticos. Todas as permissões para viagens ao exterior passavam pelo aval dessa instituição e eram concedidas depois de entrevistas pessoais com os chefes distritais da Sexta Diretoria. Como um departamento de contraespionagem, ela monitorava rivais potenciais de Zhivkov e investigava casos de corrupção envolvendo funcionários do partido.

23 A Bulgária tem a maior minoria muçulmana da Europa e está na fronteira com o mundo muçulmano, com a Turquia, um aliado-chave da OTAN durante a Guerra Fria. Os maiores crimes da instituição estão relacionados precisamente à repressão e violência contra as minorias turcas e muçulmanas na década de 1980. O Processo Rebatismo representou o clímax de uma política de longo prazo de opressão e discriminação da minoria turca. Implicava a chamada ‘bulgarização’ das minorias turcas e muçulmanas, e a supressão dos seus costumes nacionais, rituais e práticas religiosas, com o uso de métodos violentos. Essas minorias foram alvos principais da Segurança do Estado. De fato, enquanto havia, em média, 3,6 informantes secretos para

- Quinto departamento - trabalhava entre os rivais políticos, tais como os descendentes dos membros dos partidos de antes da guerra, os agrários e os socialdemocratas;
- Sexto departamento - investigava casos de corrupção e controlava as estruturas do próprio Ministério do Interior e do Partido Comunista como também vigiava as atividades de grupos Maoístas e de oposição ao Partido Comunista;
- Sétimo departamento - atos de sabotagem e terrorismo, tentativas de fuga para fora do país e atividades anônimas;
- Oitavo departamento - trabalho de informação e análise.

No início dos anos setenta, as duas primeiras diretorias principais (de inteligência e de contraespionagem) foram encarregadas de trabalhos relacionados ao desenvolvimento econômico do país. Departamentos econômicos especiais foram estabelecidos em ambas as diretorias principais, mas a consolidação das diretorias especializadas só ocorreu em meados dos anos oitenta. Em 1984, o Politburo decidiu criar empresas no exterior a fim de contornar as restrições ao acesso às novas tecnologias impostas aos países socialistas pelo Ocidente. As empresas foram formadas e gerenciadas pelos agentes da Primeira Diretoria Principal (inteligência estrangeira) e da Terceira Diretoria Principal, (contraespionagem militar).²⁴

De fato, a Diretoria de Inteligência estrangeira era a instituição mais importante dos Serviços de Segurança. Ela tinha a mais extensa rede de agentes infiltrados. A contraespionagem,

por contraste, usava colaboradores secretos. No entanto, tanto a estrutura interna destas diretorias como seus métodos operacionais eram semelhantes. A criação da “lenda”²⁵ do oficial dos SSE e a “desinformação sistemática” eram consideradas aspectos importantes não só do trabalho de inteligência, mas também da “profilaxia” (método de controle político pós-estalinista), o *modus operandi* dos serviços secretos como um todo. Um documento da década de 1980 que regulamentava a utilização da desinformação, assinado pelo Ministro do Interior, afirma:

Por ‘desinformação’ entende-se informações, na maioria dos casos, incompatíveis com a realidade. Isso é usado pelos órgãos de segurança do estado para criar, no entendimento dos inimigos, uma base falsa para a sua tomada de decisões, sendo isso vantajoso para o nosso país. O processo de levar a desinformação para o inimigo é chamado de ‘desinformar’. (HRISTOV, 2011)

O Relatório Operacional

O número de funcionários, as redes de agentes (chamados de ‘*agentura*’) e o regulamento dos serviços de segurança eram sistematizados no formato de “relatório operacional”, um documento regulamentador que orientava até 1990 o trabalho dos Serviços, de todos os departamentos e divisões, exceto a inteligência estrangeira que tinha seus próprios regulamentos

cada 1000 cidadãos búlgaros, essa relação quase duplicava quando se tratava da minoria turca, atingindo 6 informantes para cada 1000 indivíduos. O Processo Rebatismo terminou quando o regime comunista entrou em colapso. Ver: Vaksberg, T. “Tehnologia na Zloto”, filme documentário, TV nacional búlgara de 2001.

24 Esses empreendimentos foram essenciais no período pós-1989 para a conversão do poder político da elite partidária em capital econômico e para os processos de depredação do estado através das políticas de privatização do patrimônio nacional. Ver: Ganev (2013) e Hristov (2015).

25 A prática de “inventar” biografias foi mais uma ferramenta dos SSE. Essa prática também foi iniciada pela Inteligência e, mais tarde, foi amplamente aplicada no interior do país. No jargão profissional, ela era conhecida como a “lenda do agente”, mas tecnicamente isso significava a elaboração de uma biografia aceitável e convincente para o respectivo agente quando ele trabalhava disfarçado numa instituição. Um dos dilemas do período de transição era que muitos ex-oficiais dos SSE usaram mais tarde suas lendas para forjar para si novos perfis profissionais. (HRISTOV, 2011)

e competências específicas.²⁶ O documento afirmava que:

O relatório operacional é uma das ferramentas mais importantes para o trabalho dos Serviços de Segurança do Estado. Ele contribui para a prevenção a tempo e detecção de crimes, permite manter a atenção constante dos Serviços de Segurança do Estado em relação a todas as pessoas suspeitas de realizar no presente atos de sedição, ou que tivessem no passado se engajado ativamente em tais atos. Ele ajuda a descobrir e expor os perigosos criminosos do estado. (HRISTOV, 2014)

Esse relatório envolvia tantos as regras para a conspiratividade²⁷, a circulação de informação dentro dos serviços de segurança, como também os funcionários e as redes de agentes. A importância dessas regras e estruturas diz respeito tanto ao funcionamento dos SSE como gestores de informação para o governo como também aos problemas que apareceram no decorrer do tempo.

Evolução dos órgãos de repressão

Após o período de repressão estalinista e as denúncias do regime de terror feitas por Khrushchev em 1956, quando a atomização e a individualização não eram apenas a condição das

massas, mas também das elites, a suspeita e a desconfiança não desapareceram.²⁸ O estado passou do terror em massa para uma repressão mais branda, que era dirigida contra os críticos mais ativos do sistema, mas, paralelamente, as funções e os funcionários da polícia política cresceram e se diversificaram mais ainda. (DOBBS, 2009).

Após a morte de Stalin, as críticas de Khrushchev sobre os “excessos do passado” trouxeram mudanças significativas para a polícia secreta soviética, e as detenções foram limitadas, enquanto os presos começaram a voltar para casa a partir dos campos de “reeducação”, tanto os da União Soviética como os dos países da Europa Oriental. Mudanças semelhantes acompanharam a “desestalinização” na maior parte dos satélites da Europa Oriental. As prioridades, na visão de Khrushchev, se voltaram para a “frente econômica”. O ano de 1980 foi indicado como a data limite para se concluir a fase socialista e se inaugurar o advento do comunismo, propriamente dito. A fiscalização dessas iniciativas, no entanto, se deparou com os velhos problemas oriundos da governança na base da secretude. Como resultado, o funcionamento da polícia secreta na coleta de dados pertinentes para o regime virou

26 O termo “relatório operacional” refere-se a um mecanismo de informação altamente classificado que organizava o trabalho de todo o sistema. Em essência, ele é a chave para todas as atividades concretas da polícia secreta e lança luz sobre o funcionamento do sistema interno usado para manter diferentes tipos de casos, alvos e colaboradores, e sobre as especificidades a eles associadas.

27 A “conspiratividade”, as regras de acesso à informação e aos arquivos baseadas na “necessidade de se saber” (need to know basis) refletiam a estrutura hierárquica da organização. Enquanto os agentes envolvidos na espionagem, na censura de cartas, na perluação, na transcrição das escutas gravadas, etc., eram todos disfarçados, a circulação do material dos arquivos era um instrumento chave que garantia a coesão da instituição. “A própria circulação dos arquivos ajudava a constituir a agência coletiva dos órgãos de segurança e servia também para distribuir de forma coerente e hierárquica as responsabilidades burocráticas”. A circulação regular dos arquivos completava e constituía a Polícia Secreta como uma organização soberana, um ator coletivo, e não como um grupo qualquer de indivíduos que se empenhavam em escrever relatórios. (VERDERY, 2013, p.68)

28 “A política de “*cadres*” de Stalin operava através de substituições frequentes de administradores, gerentes e diretores. Muitos deles, em vez de serem transferidos, eram simplesmente eliminados durante os expurgos do partido. Isso induzia um sentimento de incerteza com respeito ao futuro (profissional) de cada um e visava evitar qualquer possibilidade de que uma oposição se organizasse, mas também impedia o trabalho confiável em equipe, o desenvolvimento da experiência e a formação de lealdades que não fossem dirigidas ... para o ideal abstrato do partido e do “Pai dos povos”. (KOZLOV, 1996, p.873).

problemático.²⁹

A ideologia burocratizada, que o planejamento econômico centralizado promoveu, resultou também na ficcionalização generalizada da realidade nos relatórios que deveriam informar a liderança do país. Eram grosseiramente distorcidos em apoio à propaganda oficial, substituindo a realidade por dados fabricados, também na área econômica. Em meio a essa enorme produção de dados e informações deliberadamente manipulados e falsificados, se esperava que os serviços secretos fossem capazes de manter um controle firme sobre a realidade. (LOS, 2004, p.25) Cada vez mais, os serviços secretos se envolviam com problemas bem além das suas competências tradicionais e isso acarretou a necessidade de uma penetração e controle da sociedade expandidos. Avanços tecnológicos facilitaram esse processo e permitiram queda na violência. Como a repressão tornou-se menos evidente, o número de prisões diminuiu:

A década de 1970 registrou um crescimento internacional em tecnologias de vigilância e sua ampla adoção pelas agências de polícia. Abrangendo vidas inteiras com um nível de detalhe extraordinário, esses arquivos de vigilância forneceram material sem fim para a caracterização dos suspeitos. Em contraste com a categorização precipitada dos arquivos estalinistas, os arquivos de vigilância posteriores muitas vezes tentavam fornecer retratos psicológicos íntimos. (VATULESCU, 2004, p.256)

A queda na violência, em conjunto com a troca dos processos de acusação por uma vigilância contínua, implicou numa vasta expansão do aparato de informantes da Polícia

Secreta - a *agentura* - atingindo proporções faraônicas na década de 80, como atesta, por exemplo, o arquivo da STASI na Alemanha Oriental (GIESEKE, 2014).

Para entender o significado dessa mudança, vale a pena lembrar a observação pertinente do renomado filósofo polonês Leszek Kolakowski, que disse que depois de 1956 e “especialmente depois de 1968, o comunismo deixou de ser um assunto intelectual (ou teórico) e foi transformado num problema de poder”.³⁰ A missão e o campo de ação da polícia secreta foram consequentemente também modificados, tornando os “soldados da revolução” em “zeladores/guardiões do status quo”.

Continuavam se mantendo como prioritárias a neutralização da ameaça do exterior e a prevenção da formação de uma oposição interna organizada ao regime. Mas a contenção e o controle de todos os tipos de influência ocidental, do chamado “desvio político-ideológico”, ganhou uma urgência sem precedentes, juntamente com a tarefa de controlar a dissidência dentro do partido, concentrando-se no disciplinamento e no acompanhamento dos intelectuais no campo cultural, e dos quadros da *nomenklatura*, que já estavam tentando transformar a sua dominação política em privilégios econômicos.

Agentura

O número de funcionários dos Serviços de Segurança do Estado foi um dos segredos mais bem guardados, não só durante o regime comunista na Bulgária, mas também nos primeiros anos da transição, após o colapso do regime em novembro de 1989. Algumas estimativas foram feitas, no entanto. Com base em dados indiretos, Metodiev estima que, por

29 Alguns pesquisadores afirmaram que os Estados comunistas falharam por “escassez de inteligência acionável”, porque as elites comunistas não conseguiram produzir informações adequadas sobre o funcionamento real da sociedade. O modo de economia de comando, com a sua forte centralização na tomada de decisões, incentivava a manipulação da informação que fluía de baixo para cima em todos os níveis institucionais das hierarquias burocráticas. (POENARU, 2013, p.170)

30 Apud Todorova, M. *Nostalgia* (2010, p.10)

ocasião do fim do regime, o número de oficiais nas estruturas de Segurança do Estado estava em torno de 15 mil. As estimativas do número de informantes secretos são ainda menos confiáveis, e dependem de revelações ocasionais feitas por ex-espiões. Segundo o ex-oficial da Sexta Diretoria, Boncho Assenov (1994), a Segurança do Estado recrutou de 250 a 300 mil informantes secretos de 1944 a 1989, mas Baev e Grozev (2005) afirmam que, a partir de meados dos anos 1950, os serviços contavam com perto de um por cento da população total da Bulgária. Em 1985, de acordo com o “Military Balance”, publicado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, a composição dos policiais e dos serviços de segurança alcançava 172.500 pessoas e excedia o número de soldados e oficiais do Exército do país, que era de 158.000.³¹

Os poderes panópticos expandidos, possibilitados pela nova tecnologia de vigilância, ajudavam a Polícia Secreta a isolar e confinar os “alvos” de uma forma menos visível, embora mais insidiosa, do que a utilizada durante o período estalinista. Com isso, mudaram as ações para neutralizar a ameaça percebida, e houve certa queda na violência. Graças a essa nova tecnologia, a Polícia Secreta podia exercer uma contenção e intimidação psicológica incessante e fastidiosa, referida no jargão da instituição como “profilaxia”. A tarefa da polícia secreta não era necessariamente a de punir a pessoa, mas a de efetivamente mudar as relações sociais através da infiltração de colaboradores e de falsos amigos.³² Uma das regras básicas dessa técnica é de garantir o silêncio do recruta potencial com respeito a ter sido abordado pela polícia. É esse véu de sigilo que constitui o ponto de partida da cooptação.

A “profilaxia” tem várias vantagens importantes - em essência, é uma forma de repressão extrajudicial, que ao contrário dos processos judiciais abertos, não representa qualquer risco ou ameaça ao regime. Em segundo lugar, ela não permite o surgimento de “heróis”, “dissidentes”, opositores ao regime conhecidos publicamente, que aceitaram sofrer por suas causas. E, finalmente, esse *modus operandi* da polícia permite que os funcionários dos serviços de segurança reivindiquem até hoje que não estavam fazendo nada de terrível, e que estavam simplesmente atuando para fornecer informações para a liderança sobre a situação do país. (HRISTOV e METODIEV, 2009, p.16)

Mas essas sessões de intimidação não extorquiam confissões nem fabricavam crimes exóticos. Seu objetivo era o de lembrar aos suspeitos que todas as suas ações, criminais ou não, eram conhecidas. A implicação era de que o controle da polícia secreta era tão onipresente que colocava os indivíduos subversivos em completo isolamento. A profilaxia permitiu a consolidação do estado de exceção, como forma hegemônica de governar, nas “democracias populares” como a Bulgária.

O próprio poder dos SSE como polícia política expandiu, para propiciar não somente “punições”, advertências e privações, mas também benefícios e privilégios para sua *agentura* e, seletivamente, para a população em geral. Por exemplo, viagens ao exterior eram uma vantagem muito cobiçada na época do socialismo tardio. Permitir viagens, emitir passaportes e fornecer moeda estrangeira para o viajante prospectivo era uma atribuição exclusiva da polícia política.

31 Hristov, H. <http://www.decommunization.org/Communism/Bulgaria/1982-87.htm>. Acesso em 10 /05/15

32 A pessoa nas sociedades socialistas era vista como socialmente incorporada e não como um ente autônomo. De acordo com Verdery, o verdadeiro objeto da vigilância estatal não era o indivíduo, mas suas redes sociais. Assim, a tarefa da polícia política não era de simplesmente destruir lealdades e redes sociais existentes. A polícia procurava reforçar as relações sociais de acordo com os imperativos ideológicos e assim alterar “os próprios tipos de indivíduos [que essas redes] emaranham” (2013, p.201).

Essa nova abordagem policial estava em consonância com a mudança nos objetivos dos órgãos de segurança e permitia uma vasta expansão da *agentura*. As preferências dos SSE eram pela escolha de colaboradores baseada na fidelidade política, por pessoas que acreditavam nos ideais comunistas, uma vez que esses agentes eram mais confiáveis e eficazes em termos de custos. Outro critério era na base de alguma forma de dependência - material ou de outra natureza, como chantagem ou informações comprometedoras. No entanto, novas tecnologias de espionagem e a derrota na guerra de propaganda da Guerra Fria depois de 1968 levou a uma rápida diminuição do número de pessoas dispostas a cooperar apenas com base na lealdade política. No final do regime, o número de pessoas recrutadas através de criação de dependência e de chantagem cresceu significativamente. Na maioria das vezes isso acontecia através da descoberta de algum material de descrédito, adquirido de várias maneiras.

Assim, as práticas de recrutamento dos informantes podem ser lidas por si só como um tipo de disciplinamento ideológico, tanto da sociedade como também da própria polícia.

Recrutamento e controle social

As instituições socialistas de “moldagem da personalidade” como o serviço militar e o ensino superior eram os meios mais comuns para o recrutamento de informantes. Na Bulgária, esses espaços foram amplamente explorados para a infiltração e o recrutamento de minorias consideradas perigosas pelo regime, tais como as comunidades turcas e muçulmanas de língua búlgara (*Pomaks*).

A penetração e o crescimento dos serviços de segurança, que se tornaram, no Leste Europeu, o segundo maior empregador nacional depois do exército, minavam sistematicamente as relações solidárias e pessoais através da infiltração e da remuneração das delações

(FITZPATRICK e GELLATELY, 1996, p.758). Assim, desde os anos 60, o objetivo do funcionamento dos serviços de segurança não era tanto a informação, mas o controle completo - a subordinação de todas as atividades à tutela do partido (MAIER, 1997, p.110).

A expansão dos SSE se traduzia inevitavelmente em acúmulo de poder para a instituição. A *nomenklatura* do Partido Comunista e o líder Zhivkov estavam plenamente conscientes dos perigos que isso implicava e tomaram várias medidas para manter o controle sobre os SSE. Restrições ao recrutamento de membros do partido, especialmente nos níveis mais altos da hierarquia partidária, foram uma tentativa nessa direção.

O recrutamento de membros do PCB como agentes secretos foi uma questão das mais sensíveis ao longo dos anos, tendo em vista a linha divisória entre a Segurança do Estado e a elite do partido. Suas relações sofreram mudanças ao longo do tempo, mas sempre houve uma tendência dos membros do partido de ter mais privilégios. A regra geral, introduzida em 1960, era de que os serviços secretos poderiam recrutar membros do partido apenas em casos excepcionais. Esse regulamento altamente restritivo era inaceitável para a Segurança do Estado. No fim do regime, os SSE, e, em particular a Sexta Diretoria (a polícia política), focavam muito mais sua atenção nas lideranças do Partido Comunista e para isso eles precisavam recrutar cada vez mais agentes entre os membros do partido. Assim, a maioria dos informantes era formada por membros do partido, com uma forte ênfase nos quadros da *nomenklatura* e no pessoal do exército e da polícia (BRUCE, 2010).

Essas restrições formais quanto ao recrutamento de informantes provenientes dos escalões superiores do partido, juntamente com as relações difíceis entre a liderança civil e os profissionais de carreira nos serviços de segurança, e entre os diferentes ramos internos, eram todas fontes endêmicas de conflito. Nesse

contexto, não é de se estranhar que, nas duas tentativas de golpes de estado na Bulgária, no final dos anos 50 e em 1965, estavam envolvidas figuras da inteligência militar e quadros dos SSE.

O controle dos serviços de segurança pelo Partido Comunista da Bulgária

As relações entre os Serviços de Segurança do Estado e o Partido Comunista determinavam todo o trabalho dos Serviços e condicionavam o impacto na sociedade ao longo dos anos. (Metodiev, 2008) No sistema do regime comunista, o Comitê de Segurança do Estado ocupava uma posição de intermediário entre o partido no poder, todas as outras instituições estatais e seus componentes (órgãos administrativos, organizações públicas convencionais), e os cidadãos.³³ As relações entre esses três níveis eram estritamente hierárquicas, com o Partido Comunista no comando, tomando todas as decisões políticas, econômicas e sociais. No nível imediatamente abaixo ficava a Segurança do Estado, que era encarregada de controlar a execução dessas decisões.

Nesse sentido, os Serviços de Segurança do Estado operavam como... uma suspensão automobilística para o regime. De um lado, tinham de reduzir as vibrações, reprimindo aqueles que expressavam descontentamento; de outro lado, se esperava que promovessem ativamente a legitimidade política de que carecia a liderança do partido. Portanto, seria uma simplificação excessiva se considerar os serviços de Segurança do Estado apenas como um mecanismo de repressão ou apenas como uma polícia política. Seu papel era muito mais

extenso – eram os guardiões do status quo, e eram encarregados de garantir a estabilidade do regime. (METODIEV, b, 2008).

Todos os líderes do PCB após a Segunda Guerra Mundial - Traicho Kostov, Georgi Dimitrov, Vasil Kolarov e Valko Chervenkov, sem exceção, invocaram o aparelho repressivo da Segurança do Estado para o estabelecimento e a consolidação do regime comunista no país. No entanto, Zhivkov, que ficou 34 anos no poder, transformou os serviços num mecanismo eficaz para que pudesse controlar não só o Estado, mas o próprio partido. Seu domínio total sobre os Ministérios do Interior e da Defesa foi essencial para seu modo de governar e para as mudanças estruturais no caráter dos Serviços de Segurança.

Mecanismos de controle

A lealdade política para com o Partido Comunista da Bulgária (PCB) manteve-se sempre como pedra angular das atividades da Segurança do Estado (SSE). Na visão do PCB, os SSE funcionavam como “os olhos e os ouvidos do partido”. Quase todos os documentos para os departamentos individuais incorporavam o requisito de que seus funcionários deveriam ser pessoas “totalmente leais ao PC.” O outro lado dessa filosofia era o princípio da separação completa entre o partido e os serviços de segurança, com o partido sempre na posição de comando. Em outras palavras, os serviços de segurança não estavam autorizados a participar dos processos decisórios do país.

Para controlar os SSE, o Politburo adotou vários mecanismos de regulação das suas

33 No final da década de 1950, novos regulamentos atribuíram aos serviços secretos um papel de mediador entre a liderança do Partido Comunista e a sociedade como um todo. Paralelamente a suas funções repressivas, esse sistema deveria promover a legitimidade política do regime. Assim, essa instituição deveria servir de ponte entre a *nomenklatura* do partido e os cidadãos, fornecer informações sobre as decisões políticas, controlar a sua execução e ainda manter os líderes políticos informados sobre como as várias resoluções tinham sido recebidas. Essa era uma tarefa de todas as estruturas do sistema - a Inteligência e a Contraespionagem deveriam se dedicar não só a evitar o surgimento de oposição política, mas também a promover ativamente as decisões do partido junto ao público em geral.

atividades. No entanto, muitas vezes, apesar dessas precauções, a Segurança do Estado funcionava quase como um estado dentro do estado, contido apenas pela lealdade pessoal do Ministro do Interior ao Secretário-Geral do Partido Comunista. Normalmente, o Ministro do Interior era um membro do Politburo, se reportando assim formalmente a esse corpo político. Depois de 1960, o Ministério do Interior foi governado por um *Collegium*, que incluía o ministro, seus adjuntos e representantes do Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária.

A filosofia de poder do regime comunista na Bulgária sempre priorizava a *nomenklatura* do partido e não os Serviços, mas, em momentos de crises, esse controle do partido podia se enfraquecer e os SSE operavam em grande parte sujeitos às suas próprias regras institucionais internas. A restrição de oportunidades para que os oficiais dos serviços secretos participassem dos processos decisórios do país necessitava da constante vigilância e dispositivos administrativos por parte do Partido Comunista para controlar os serviços secretos. O partido se valia de diferentes mecanismos para exercer tal controle. O mais eficaz era o monitoramento direto das atividades dos Serviços do Estado por um departamento especial no âmbito do Comitê Central do PCB, cuja atuação, por sua vez, era escrutinizada por um dos secretários do Comitê. Depois de 1965, essa supervisão foi exclusivamente exercida pessoalmente por Todor Zhivkov. Outro instrumento de controle era a figura do Ministro do Interior, que provinha sempre do mais alto escalão do partido. Nenhum profissional da estrutura dos serviços secretos e do Ministério do Interior foi jamais nomeado ministro. Isso resultava em certa tensão entre os “profissionais” e os “políticos” no ministério (METODIEV, a, 2008).

O *Collegium* do Ministério do Interior foi outro mecanismo de controle. A missão dessa estrutura era a de impedir a concentração de

poder excessivo nas mãos do Ministro. O *Collegium* era autorizado a dirigir todas as questões controversas diretamente ao Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária. Era também o corpo que assumia responsabilidade pelas resoluções mais importantes relativas ao trabalho do Ministério do Interior e assegurava o nível necessário de anonimato para a tomada de decisões impopulares.

Um grande número de regulamentos se referia às relações entre os serviços secretos e o Exército e eram destinados a evitar a concentração de poder ou o crescimento de conflitos entre essas instituições. Essa é uma razão pela qual a CEM (contraespionagem militar) era parte dos serviços de segurança e do Ministério do Interior e não estava no âmbito do Ministério da Defesa. O partido sempre procurava evitar a concentração de poder excessivo nas mãos de qualquer dos dois ministros.

Todas essas limitações visavam principalmente à separação clara da liderança política e dos SSE, para que os últimos não tivessem nenhum instrumento para influenciar diretamente o processo de tomada de decisões políticas e ameaçar o poder pessoal de Zhivkov. Como resultado desse sistema distorcido de controles em todos os níveis das Forças Armadas, uma ampla rede de suspeição mútua imperava, e todos se sentiam ameaçados o suficiente para evitar tomar iniciativas individuais que poderiam comprometer suas próprias carreiras.

Como pode ser imaginado, as relações entre o partido e os serviços de segurança produziam um conflito latente no nível individual. Havia duas razões principais para isso. A primeira era a falta de horizonte profissional para o crescimento nos serviços de segurança, para além dos limites de uma carreira nos escalões superiores do Ministério do Interior. A distinção entre a *nomenklatura* do partido e a Segurança do Estado restringia consideravelmente as oportunidades para

possíveis “carreiras políticas”, abertas a funcionários do Sistema. Os oficiais dos serviços secretos tinham de se contentar em conseguir apenas posições de importância secundária. A maioria dos exemplos de oficiais dos Serviços de Segurança do Estado que conseguiram alcançar posições de poder político data da década de 1980. Esses eram principalmente oficiais da inteligência que alcançaram postos de vice-ministros de comércio exterior.

A segunda razão era a tentação por parte do líder do Partido Comunista da Bulgária de usar os SSE como uma alavanca política, especialmente em tempos de crise e perda de confiança política. Os serviços controlavam todo o fluxo de informações no estado pré-1989 e isso era difícil de conciliar com uma posição subordinada. As estruturas dos SSE tinham muito mais informação do que a liderança do partido e, portanto, como qualquer burocracia poderosa, procurava influenciar a política em proveito próprio.

O conflito latente entre os “profissionais” e os “políticos” nas estruturas dos serviços secretos se decidia de forma diferente, dependendo da força do regime. Quando havia uma crise - como aconteceu no final do regime estalinista de Valko Chervenkov ou antes da queda de Todor Zhivkov - o poder dos SSE aumentava à medida que a dependência do partido e de seu líder nos serviços secretos os tornava mais receptivos às exigências dos serviços (METODIEV, a, 2008). A criação da Sexta Diretoria e sua atuação cada vez maior com relação à *nomenklatura* do partido na década de 1980 é indicativa do aumento da força e da importância dos SSE na hierarquia do regime comunista e é um sintoma da redução do controle político sobre os Serviços, já que, em teoria, esse controle deveria ser exercido pelas mesmas pessoas que se tornaram os alvos da polícia política.

Em 1974, a principal mudança de política em relação à Segurança do Estado que Zhivkov introduziu foi a subordinação da

instituição a si mesmo para manter e proteger seu próprio poder. Seu controle pessoal sobre o Ministério da Defesa e sobre o Ministério do Interior foi muito mais estrito do que sobre qualquer outra instituição do estado. A lealdade pessoal desse último era o único critério para a sua permanência no cargo ministerial.

A segurança do estado búlgaro e o KGB

Zhivkov se tornou o aliado mais próximo de Moscou na Europa Oriental, a tal ponto que em 1963 e novamente em 1973, ele propôs a incorporação da Bulgária à União Soviética como a décima sexta república. (HRISTOV, 2011). Usando suas boas relações pessoais com os líderes soviéticos para obter concessões comerciais e preços mais baixos de petróleo, mudando frequentemente os quadros do partido, e colocando seus protegidos um contra o outro, Zhivkov pôde permanecer no cargo por mais de 30 anos, mais do que qualquer outro líder comunista da Europa Oriental. As boas relações pessoais com a URSS significavam que Zhivkov também usava os serviços secretos búlgaros para fortalecer suas relações com os soviéticos.

Zhivkov seguiu uma política que procurava estabelecer um novo tipo de relação entre Sofia e Moscou, em relação à presença de assessores dos serviços secretos soviéticos (KGB) no país. Seus antecessores, Georgi Dimitrov e Valko Chervenkov, que tinham passado a maior parte dos anos entre as guerras em exílio na União Soviética, ambos trabalhavam em estreita colaboração com o NKVD (KGB do período de Stalin). No entanto, os serviços de segurança da Bulgária permaneciam sob a supervisão direta do Partido Comunista da Bulgária. Zhivkov, pelo contrário, era um quadro comunista nacional que não tinha passado nenhum tempo na União Soviética antes do fim da guerra. Assim, para provar sua confiabilidade, ele deu um passo importante ao oferecer a divulgação completa dos códigos de inteligência secretos da Bulgária para o Kremlin.

Os líderes soviéticos consideraram isso como uma clara prova de lealdade. Se anteriormente os serviços especiais soviéticos buscavam estabelecer redes clandestinas de vigilância na Bulgária para monitorar os processos no país, durante o regime de Zhivkov a presença soviética foi abertamente incentivada. Nas palavras do ex-ministro do Interior, General A. Solakov:

Os serviços secretos soviéticos (especialmente o de inteligência estrangeira) estabeleceram uma rede extensa de residentes na Bulgária, começando com o vice de Beria enviado à Bulgária, o General Filatov. Mas isso durou até Plenário de Abril do Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária, em 1956. Depois desse Plenário não havia mais necessidade de tais redes de vigilância. Por quê? Porque uma nova relação entre o KGB e a Segurança do Estado da Bulgária foi estabelecida. A Segurança do Estado búlgara foi obrigada a revelar todos os segredos de seu trabalho para o KGB. Por que então a necessidade da parte do KGB de recrutar agentes especiais na Bulgária, quando os serviços de Segurança do Estado búlgaro eram obrigados a fornecer-lhes diretamente informações completas sobre o seu próprio trabalho? (Ibid)

Em todos os anos de seu regime, Zhivkov foi muito insistente em que os serviços de segurança búlgaros trabalhassem tão estreitamente quanto possível com o KGB, a fim de se tornarem duas partes de um só corpo institucional. Essa formulação foi ratificada com um acordo bilateral. Em 1972, a Bulgária assinou o primeiro acordo de cooperação entre o Ministério do Interior búlgaro e o KGB. A delegação soviética foi liderada pelo chefe do KGB, general Yuri Andropov, a quem Zhivkov ofereceu um tributo pessoal especial e lhe concedeu o mais alto distintivo do Estado búlgaro.

A presença de conselheiros soviéticos

em toda a estrutura do Ministério do Interior era completamente oficializada ao longo de toda a existência da instituição na Bulgária após a Segunda Guerra Mundial. O KGB abriu uma representação oficial em Sofia, encabeçada pelo general Ivan Savchenko (1969-1980), e depois pelo general Vladilen Feodorov. Logo uma segunda representação do KGB foi inaugurada em Varna, a maior cidade búlgara no Mar Negro. Nas palavras de um major da Diretoria de Inteligência búlgara de antes de 1989, Vladimir Kostov:

Desde a sua criação a estrutura e as funções dos serviços de segurança búlgaros se espelhavam nos do KGB. As decisões, instruções, diretrizes, leis e regulamentos relativos à atividade dos serviços secretos se conformavam ao modelo soviético. Muitas vezes, os documentos oficiais búlgaros eram apenas meras traduções dos soviéticos. [...] Além disso, nos serviços búlgaros, operavam dezenas de conselheiros soviéticos. Em momentos de tensão ou durante operações particularmente difíceis, agentes soviéticos de reforço eram imediatamente enviados de Moscou ou da embaixada soviética em Sofia para auxiliar os serviços búlgaros. Esses conselheiros monitoravam a atividade dos serviços de segurança búlgaros em todos os níveis. Um assessor soviético acompanhava de perto o trabalho de cada chefe de departamento. Assim, o KGB conhecia em detalhes todos os processos e atividades em curso nos serviços de segurança búlgaros... Através desses assessores, o KGB podia transmitir diretamente informações ou ordens para qualquer subdivisão dos serviços de segurança, sem a necessidade de informar o chefe búlgaro do departamento ou da diretoria. (HRISTOV, 2010)

Após a assinatura do novo acordo geral com o KGB em 1975, o status subserviente dos serviços de segurança búlgaros foi sublinhado pelo Ministro do Interior búlgaro, Gen. D.

Stoyanov:

Seguindo as instruções do Camarada Todor Zhivkov, a coordenação e a interação entre os serviços de segurança búlgaros e o KGB devem crescer e se fortalecer até um nível tal que as instituições possam funcionar como um único sistema, os serviços de segurança búlgaros devem funcionar como um ramo do KGB. [...] Cumprindo a diretriz do Camarada Todor Zhivkov, nós devemos ganhar o direito de ser chamados de um ramo da inteligência soviética! (Ibid)

Muitas estruturas dos serviços de segurança nacional na Bulgária pós-1990 continuaram a se remodelar no padrão dos serviços de segurança russos pós-soviéticos.

Conclusão

Os Serviços de Segurança do Estado, que funcionavam como polícia política em todos os regimes comunistas no Leste Europeu, eram instituições restritas, formidáveis, bem equipadas, que permeavam todas as camadas do sistema administrativo. No decorrer do tempo, a polícia política se tornou não apenas o pilar mais importante do poder comunista, mas também um instrumento indispensável para as práticas cotidianas de governança, incluindo a economia de comando. Os SSE proviam o regime com os seus *arcana imperii*, “o poder de mistificação e sigilo de que dependia sua capacidade de corromper a ação independente, de sufocar as dissensões e de impedir o surgimento de uma esfera pública autêntica”, nas considerações de Maier, com respeito à experiência da Alemanha Oriental, estendida à Bulgária.

[Os serviços de segurança] envolviam numa rede de corrupção e cumplicidade um grande número de pessoas - mais de 1% da população total, provavelmente mais de 10% da população adulta com nível educacional superior [...] O sigilo e a cumplicidade prejudicavam o potencial

não só para o surgimento de uma oposição aberta, mas para a iniciativa e a autenticidade [...] [O] “socialismo realmente existente”, assim, repousava sobre uma dupla distorção. Ele transformava a esfera pública numa área de negociação de barganhas, enquanto ao mesmo tempo distorcia a ideia de uma esfera privada para um domínio de cumplicidade e sigilo (MAIER, 1997, p.45, 47, 49).

De acordo com Maier, os regimes comunistas se mostraram vulneráveis porque minaram sua própria capacidade de governança, através de estratégias para driblar as suas próprias regras, como acontece em estados de exceção. Para se preservar os privilégios dos governantes, a manipulação sistemática das relações, supostamente públicas, entre os cidadãos e as autoridades se tornou o fator crucial para a manutenção da hegemonia da *nomenklatura* do partido. É bom lembrar que o privilégio, em última análise, envolve menos a natureza do que é concedido do que o processo político de favorecimento através do qual ele foi concedido ou negado. A degradação da esfera pública que assim resultou trouxe consigo a corrosão simultânea de qualquer esfera privada.

O socialismo tardio trabalhou para transformar a categoria do que é público em privilégio e do que é privado na cumplicidade, cultivando o clientelismo numa escala crescente como forma de governo. O regime tentou governar, através de negócios privados, com cada cidadão ou adversário em potencial:

Em vez de reconstruir sua própria esfera pública de acordo com as normas socialistas (isto é, recompensando os serviços ou as realizações públicas) o socialismo tardio confiava cada vez mais ... em racionar os aspectos materiais mais valorizados... cada favor que era concedido servia como um lembrete de como seria fácil recusar o próximo.

Enquanto a sociedade liberal enfatizava um domínio para a privacidade, o

socialismo tardio substituiu a privacidade pela secretude. Em vez de participação cívica, seus agentes solicitavam denúncias. Ele buscou sistematicamente degradar o domínio da autonomia social e individual, não mais por meio do terror, mas pela manipulação generalizada e o clientelismo oculto [...] Assim, o socialismo tardio violava cada vez mais as suas próprias normas com respeito à esfera pública e à esfera privada (MAIER, 1997, p. 42-43).

Na Bulgária, os SSE, que funcionavam como polícia secreta, e suas práticas repressivas, se transformaram numa força conservadora para os regimes comunistas, nos dois sentidos dessa expressão: por um lado, como sustentáculo para o Partido Comunista, e por outro, como um obstáculo à evolução e adaptação do regime a circunstâncias mutáveis:

Sabotando quaisquer tentativas de pensamentos e iniciativas independentes, inclusive no meio do próprio Partido Comunista, a polícia política tornou-se um dos principais fatores responsáveis pelo caráter estático do Estado comunista. Nesse sentido, a polícia política pode ser apontada como a causa da longevidade do regime, mas também da “estagnação” (*zastoy*) do período comunista tardio (HRISTOV e METHODIEV, 2011, p.16).

Como resultado, os regimes socialistas eventualmente implodiram. “Mais precisamente, em face das transformações sociais e econômicas que colocaram tensões tanto no Ocidente como no Oriente, seus guardiões os descartaram.” Muitos desses atores históricos moldaram também a sequência do colapso.

Referências

ARENDT, Hannah. **Crises of the Republic: Lying in Politics; Civil Disobedience; On Violence; Thoughts on Politics and Revolution**. New York: Mariner Books, 1972.

ARENDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. Cleveland e Nova Iorque: Meridian. 1958.

ASSENOV, B. **Ot shesto za shesto**. Sofia: Polygraf, 1994.

BACHVAROVA, E. **Os arquivos policiais e a estruturação da responsabilização política na transição para regimes democráticos**. Tese de Doutorado, UFRJ, 2016.

BAEV, J. e GROZEV, K. **Bulgarian Intelligence & Security Services in the Cold War Years**. Sofia: Cold War Research Group, 2005, p.18.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernity and the Holocaust**. New York: Ithaca, 1991.

BENTHAM, Jeremy. **The Panopticon Writings**. Londres: Verso 1995.

BOBBIO, Norberto. La democrazia e il potere invisibile, **Rivista Italiana di Scienza Politica**, Vol.10, 1980, no.2, p. 181-204.

BOROWIAK, Craig. **Accountability and Democracy: The Pitfalls and Promise of Popular Control**. Oxford, Oxford University Press, 2011.

BRUCE, Gary. Participatory repression? Reflections on popular involvement with the STASI GHI. **Bulletin Supplement**, n. 9, 2014 p. 47 -58.

CHAKAROV, K. От втория етаж към нашествието на демократите. **Мемоари**; Труд, 2002.

DERRIDA, J. To do justice to Freud: A History of Madness in the Age of Psychoanalysis. **Critical Inquiry** v. 20, n. 2, 1994.

DOBSON, Miriam. **Krushchev's Cold Summer: Gulag Returnees, Crime and the Fate of Reform After Stalin**. Cornell University Press, 2009.

FITZPATRICK, Sheila e GELLATELY, Robert. Practices of Denunciation in Modern European History, 1789-1989. **The Journal of Modern History**, v. 68, n. 4, (dez/1996), p. 747-767.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. Londres: Penguin, 1991.

FOUCAULT, Michel ‘Security, Territory, and Population’, p. 67-71 e ‘The Birth of Biopolitics’, p. 73-79. In: Michel Foucault. **Ethics: Subjectivity and Truth**. Nova Iorque: The New Press, 1997.

FRIEDRICH, C.J. **The Pathology of Politics: Violence, Betrayal, Corruption, Secrecy and Propaganda**. Nova Iorque: Harper and Row, 1972.

GANEV, Venelin I. **Preying on the State**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

GIESEKE, Jens. **The History of the Stasi: East Germany's Secret Police, 1945-1990**. Bergham, 2014.

HOLQUIST, Peter. Information Is the Alpha and Omega of Our Work: Bolshevik Surveillance in Its Pan-European Context. **The Journal of Modern History**, v. 69, n. 3 (Sep., 1997), p. 415-450/ The University of Chicago Press URL: <http://www.jstor.org/stable/2953592> acs: 21/02/2012.

HORN, Eva. Logics of Political Secrecy. **Theory, Culture & Society** (SAGE, Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura), v. 28, n 7- 8, p. 103-122, 2011.

HRISTOV, Hristo. Дезинформацията като основно средство на Държавна сигурност <http://desebg.com/2011-01-06-11-18-49/1207-2013-05-04-06-41-53> acesso 12/11/2014.

HRISTOV, Hristo. Поредица: Господарят на Държавна сигурност. Част 3: Живков и въртележката на вътрешните министри 28 de Fev. 2011 <http://desebg.com/-a-/127--3-> acs. 12/08/2013

HRISTOV, Hristo. <http://www.decommunization.org/Communism/Bulgaria/1982-87.htm> acesso: 01/09/2012

HRISTOV, Hristo e METODIEV, Momchil. The Political Police **COMDOS**, v.5, 2011, p.16.

KOZLOV, Vladimir. Denunciation and Its Functions in Soviet Governance: A Study of Denunciations and Their Bureaucratic Handling from Soviet Police Archives, 1944-1953. **The Journal of Modern History**, v. 68, n. 4, Practices of Denunciation in Modern European History, 1789-1989 (Dez. 1996), p. 867-898.

LIM, Jie-Hyun. **Mapping Mass Dictatorship: Towards a Transnational History of Twentieth-Century Dictatorship, em Gender Politics and Mass Dictatorship**. Lim e Perone (org), Nova Iorque: Palgrave, 2010 p. 1-25

LOS, Maria. The Technologies of Total Domination. **Surveillance & Society**, v. 2, n 1:15-38. 2004.

MAIER, Charles. **Dissolution: The Crisis of Communism and the End of East Germany**. Princeton University Press, 1997.

METODIEV, M. (a) ДС и БКП - брак с кисела физиономия 2008 <http://nauka.bg/forum/index.php?showtopic=4093> acs: 10 /05/15.

METODIEV, M. (b). Машина за легитимност, Ciela, Sofia 2008.

MIHALACHE, Andi. Sur les usages publics du secret: les archives du Service Secret Communiste Roumain. **L'Atelier du Centre de recherches historiques**; 05/2009: <http://journals.openedition.org/acrh/1721> acs: 09/09/2017.

MONIER, Frédéric. Le secret en politique, une histoire à écrire. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**. 2000, N. 58. Le secret en histoire. p. 3-8.

NIKOLOV, J. 'Durzavna Sigurnost – maikata na bulgaskite spezsłużbi'. **Capital Weekly**, n. 1, 2001.

POENARU, Florian. Contesting Illusions: History and Intellectual Class Struggle in Post-Communist Romania. 2013. http://www.etd.ceu.hu/2013/poenaru_florin.pdf acesso 01/08/2017

RANCIÈRE, J. Dissensus: on politics and aesthetics. **Continuum International Publishing Group**. Nova Iorque, 2010.

REVEST, C. Secret, public, privé. Quelques pistes de réflexion. **Questes**, n. 16, 2009, 1-11 <http://journals.openedition.org/questes/4175> acs: 9/10/2017.

ROSANVALLON, Pierre. **Counter-Democracy. Politics in an Age of Distrust**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press. 1995.

VATULESCU, Cristina. Arresting Biographies: The Secret police file in the Soviet Union and Romania. **Journal of Comparative Literature**, 2004.

VERDERY, Katherine. **Secrets and Truths: Ethnology in the Archive of Romania's Secret Police**. CEU Press Budapest –Nova Iorque 2014.

WEBER, Max. **Economy and Society**. University of California Press, 1978.